

Assembleias setoriais

Greve continua em vários Estados

Justiça Federal - Hoje (24/11), às 14h, em frente ao edifício-sede da JF (Rua 19)
TRT – Quarta (25/11), às 14h, no hall de entrada, em frente ao Tribunal Pleno
TRE - Quarta (25/11), às 17h, no Térreo, em frente aos elevadores

Os servidores do TRT-GO e da Justiça Federal deliberaram, na tarde dessa segunda-feira (23/11), pela realização de novas assembleias da categoria para avaliar os resultados da reunião realizada entre a Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ e a Fenajufe, antes de deflagrar a greve em Goiás. Na JF, a assembleia será realizada nesta terça-feira (24/11), às 14 horas, em frente à Seção Judiciária e, no TRT-GO, na quarta-feira (25/11), às 14 horas, no hall de entrada, em frente ao Tribunal Pleno. No TRE também haverá assembleia na quarta-feira, às 17h.

Na quinta-feira (19/11), o presidente do STF disse aos dirigentes da Fenajufe, em audiência, que só retomaria as negociações se a categoria suspendesse a greve. Essa posição do presidente do Supremo desrespeita o direito dos servidores de fazerem a greve. Entendemos que ele tem que negociar com a categoria em greve, mobilizada e também apresentar nova proposta. O acordo feito com o

ministro Gilmar Mendes foi de apresentar a proposta no dia 7 de outubro. A nossa proposta não foi aprovada no Pleno do Supremo Tribunal Federal por isso a categoria entrou em greve no dia 11 de novembro em razão da demora em ter uma proposta concreta e definitiva sobre a Revisão Salarial.

Além de aguardar os resultados da reunião realizada entre a Fenajufe e o CNJ, os servidores do Poder Judiciário Federal também optaram por esperar pelas deliberações da assembleia realizada pelo Sindjus/DF, em Brasília, com o objetivo de avaliar melhor o cenário político. A assembleia da categoria em Brasília é um referencial importante para todos os sindicatos do País. É lá que estão sediados todos os Tribunais Superiores e também o STF. Os servidores do Poder Judiciário Federal em Goiás estão em estado de greve desde a quinta-feira da semana passada - dia 18 de novembro - pelo envio imediato da proposta de Revisão Salarial ao Congresso Nacional.

CNJ apresenta proposta rebaixada. Categoria precisa intensificar a greve nos próximos dias

Os coordenadores da Fenajufe Lucia Bernardes, Ramiro López e Roberto Policarpo participaram, no final da manhã desta segunda-feira [23], de reunião com a Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ. Estavam presentes o presidente da comissão, ministro Ives Gandra; o Secretário Geral do CNJ, Rubens Curado; e o diretor geral do STF, Alcides Diniz. A pauta central da reunião foi a proposta de revisão salarial dos servidores do Judiciário Federal.

O ministro Ives Gandra apresentou novos pontos que deverão integrar a proposta. Essas sugestões serão encaminhadas ao STF para análise dos ministros. De acordo com Ramiro López, que acompanhou a reunião, a comissão do CNJ parte do princípio que servidores não podem ter remuneração maior que os magistrados e que quando isso ocorre representa uma distorção. Entendimento que recebeu duras críticas dos representantes da Federação.

Partindo desse pressuposto, o CNJ apresentou os seguintes pontos:

- O maior cargo efetivo da carreira judiciária não poderá exceder a 75% do subsídio do juiz substituto;
- O cargo efetivo somado à opção do CJ 3 não poderá ser superior ao subsídio do juiz substituto; e
- A remuneração do servidor, incluídas as vantagens pessoais, não poderá superar o subsídio do magistrado ao qual estiver vinculado.

Além desses três subtetos, a comissão estuda ainda a redução do número de FCs, o aumento do valor das CJs em 20%, a manutenção das quinze referências por cargo com diminuição do percentual entre elas, o aumento do período para promoção, que passaria de 12 para 18 meses, e a redução da opção das CJs, que hoje é de 65%, para 50%.

Os coordenadores da Fenajufe questionaram as sugestões apresentadas pelo CNJ. Após ouvir as argumentações, o ministro Ives Gandra disse que enviará a proposta conforme suas convicções sendo que a palavra final será dada pelo STF. Ele também afirmou que pretende encerrar os trabalhos e enviar a proposta ao Supremo até amanhã, terça-feira [24].

Na avaliação dos coordenadores da Fenajufe, essa proposta não contempla as reivindicações da categoria, que luta pela equiparação com o Legislativo e com as carreiras do Executivo que exercem função similar. Pelo contrário: ela traz algo mais rebaixado do que vem sendo discutido nos últimos meses entre a Fenajufe e o STF com o claro objetivo de agradar aos interesses da magistratura, em detrimento das necessidades dos servidores.

Os dirigentes sindicais ressaltam que a greve dos servidores, além de ter o objetivo de pressionar o STF para enviar logo a proposta ao Congresso, também é para impedir que haja qualquer redução na tabela já proposta pelos presidentes dos tribunais superiores. Por isso, é hora de intensificar o movimento em todo o país. (Fenajufe)

